

Opressão racial e de gênero: Uma interpretação analítico-comportamental a partir do pensamento de Patrícia Hill Collins

Racial and Gender Oppression: A behavior-analytic interpretation based on Patricia Hill Collins' thoughts

Táhcita Medrado Mizael¹, Marina Souto Lopes Bezerra de Castro²

[1] University of South Australia [2] Núcleo de Atendimento e Formação em Psicologia Clínica e Jurídica | **Título abreviado:** Opressão racial e de gênero e análise do comportamento | **Endereço para correspondência:** Táhcita M. Mizael – Justice & Society, University of South Australia, Amy Wheaton Building, 10/12 St Bernards Rd, Magill, South Australia, 5072, Austrália | **Email:** tahcitammizael@gmail.com | **doi:** 10.18761/abo01a.0

Resumo: A luta contra a opressão parece ser central no feminismo negro. Entretanto, a literatura feminista (negra) raramente define explicitamente este termo. O objetivo deste trabalho foi propor uma interpretação analítico-comportamental da opressão, utilizando como base a opressão racial e de gênero experienciada por mulheres negras. Três capítulos do livro “Pensamento Feminista Negro” foram selecionados. Foram analisados os possíveis antecedentes, respostas e consequências da opressão, e como essas mulheres respondem à opressão. Com relação a quem realiza a opressão, pessoas brancas (opressão racial) e pessoas do gênero masculino (opressão de gênero) oprimem diante da percepção de marcadores sociais de raça e gênero, com diferentes topografias de opressão (e.g., negar direitos, subjugar) que levam a benefícios para o grupo branco e prejuízos para o grupo negro. Mulheres negras respondem a opressão com, por exemplo, o pensamento feminista negro e a autodefinição, i.e., criação de suas próprias imagens. Os comportamentos de opressão só são possíveis pois há assimetria de poder entre os grupos, sendo identificados a supremacia branca e superioridade masculina como antecedentes históricos. Finalmente, propomos opressão como responder diferencial que tem como contexto antecedente histórico a disparidade de poder entre grupos e imediato a percepção de marcadores sociais (e.g., raça, classe, gênero) que tem como consequências a produção de benefícios para quem oprime (reforçadores relacionados a poder) e de prejuízos para quem é oprimido.

Palavras-chave: opressão, feminismo negro, raça, gênero, análise do comportamento.

Abstract: The struggle against oppression seems to be central to Black feminism. However, (Black) feminist literature rarely explicitly defines the term oppression. This paper aims to propose a behavior-analytical interpretation of oppression, by using racial and gender oppression experienced by Black women as its base. Three chapters of the book “Black Feminist Thought” were selected. The possible antecedents, responses and consequences of oppression, and how Black women respond to oppression were analyzed. White people (racial oppression) and males (gender oppression) oppress upon perceiving certain social markers/features of race and gender. The topographies of oppression are varied (e.g., denying rights, subjugating) and lead to benefits for the white group and losses for the Black group. Black women respond to oppression with behaviors such as Black feminist thought and self-definition, i.e., creating their own images. Oppressive behaviors are only possible because there is an asymmetry of power between groups, with white supremacy and male superiority being identified as examples of historical antecedents. Finally, we propose a definition of oppression as a differential response that has the disparity of power between groups as its historical antecedent context and the perception of social markers (e.g., race, class, gender) as its immediate antecedent, which has as consequences the production of benefits (reinforcers related to power) for those who oppress and harm to those who are oppressed.

Keywords: oppression, Black feminism, race, gender, behavior analysis.

O feminismo pode ser definido, grosso modo, como uma área de estudos e de atuação e um movimento social que tem por objetivo reduzir ou eliminar as disparidades de gênero, o que inclui, mas não se restringe, às lutas pela redução da violência de gênero e pela emancipação das mulheres (e.g., Garcia, 2011). Existem diferentes vertentes do feminismo. Estas se diferenciam, entre outras coisas, por suas interpretações sobre quais seriam as causas das desigualdades de gênero e, conseqüentemente, por suas sugestões sobre como remediá-las ou saná-las (e.g., Nogueira, 2017).

Uma das vertentes do feminismo é o feminismo negro, que, como o próprio nome indica, é um movimento que foi iniciado por mulheres negras que notaram que as lutas feministas, classistas e antirracistas com mais visibilidade não levavam em consideração o que chamamos hoje de interseccionalidade. Pode-se entender a interseccionalidade como o modo como diferentes marcadores sociais se interrelacionam para gerar experiências diversas, assim como uma maneira de investigar “como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais” (Collins & Bilge, 2020, p. 12).

De acordo com Collins (2000), o pensamento feminista negro constitui uma teoria social crítica com o objetivo de “resistir à opressão, tanto de suas práticas como de suas ideias que a justificam” (p. 22). Ainda de acordo com Collins (2000), o pensamento feminista negro existe porque as mulheres negras são um grupo oprimido. Um segundo objetivo do pensamento feminista negro é “usar e promover uma estrutura interpretativa ou paradigma que veio a ser conhecido como estudos de raça, classe e gênero” (p. 18).

Collins (2000) aponta seis características distintas do feminismo negro: a primeira é uma consciência de grupo distintiva e o conhecimento coletivo das mulheres negras: no contexto dos Estados Unidos, a segregação racial oficializada em diversos setores como moradia, educação e emprego levou à criação de comunalidades que facilitaram a formação de um ponto de vista coletivo. Por exemplo, o fato de essas mulheres trabalharem na casa de senhores brancos as levou a uma posição de *outsider/within*, isto é, de ter um tipo particular de conhecimento sobre um grupo dominante sem obter o poder que os membros desse grupo têm (Harrison, 2008).

A segunda característica são as respostas diversas a desafios comuns: apesar de terem um ponto de vista coletivo por conta das comunalidades, isso não significa que há homogeneidade total. Na verdade, há bastante heterogeneidade no ponto de vista dessas mulheres, uma vez que elas têm histórias de vida distintas. A terceira característica é a relação entre a prática e o pensamento feminista: a partir de suas experiências, essas mulheres vão elaborando pontos de vistas, de modo que há uma relação dialética entre opressão e ativismo, e uma relação dialógica entre as experiências coletivas e o pensamento ou conhecimento do grupo. Além disso, no pensamento feminista negro, o conhecimento em si mesmo não é considerado suficiente. É necessário que o conhecimento auxilie as mulheres negras a “sobreviverem, lidarem com e resistirem ao tratamento diferencial” (Collins, 2000, p. 31) que elas experienciam.

A quarta característica, segundo a autora, são as contribuições de intelectuais afro-americanas: essa característica enfatiza a relevância das experiências pessoais e como elas podem ser utilizadas para produzir conhecimento. Aqui, o conhecimento diário, como os pensamentos e experiências das mulheres irão se interrelacionar com o conhecimento especializado, isto é, aquele das intelectuais negras. Uma das principais contribuições das intelectuais negras está na importância da autodefinição para o empoderamento.

A quinta característica é a dinamicidade e a mudança do feminismo negro: se as condições sociais mudarem, é importante que o pensamento também mude. Por exemplo, no contexto dos EUA, há algumas décadas, muitas mulheres negras atuavam como trabalhadoras domésticas, recebendo salários baixos. Hoje, há muito menos mulheres nessa área, entretanto, elas continuam recebendo salários baixos e trabalhando na limpeza e cuidado de outras pessoas. Assim, é necessária atenção não só para as mudanças, mas para suas conseqüências.

Por fim, a sexta e última característica definidora do pensamento feminista negro é, de acordo com Collins (2000), a relação do pensamento feminista negro com outros projetos de justiça social: há, no pensamento feminista negro, uma visão na qual as lutas das mulheres negras são uma pequena parcela de um conjunto de lutas maior pela dignidade

humana, empoderamento e justiça social: “já que as mulheres negras não conseguem ser totalmente empoderadas até que as opressões interseccionais sejam eliminadas, o pensamento feminista negro apoia princípios amplos de justiça social que transcendem as necessidades particulares de mulheres afro-americanas” (p. 22). Collins (2000) ainda completa: “em um contexto de opressões que se interseccionam, o feminismo negro requer a busca por justiça não somente para as mulheres negras afro-americanas, mas para todos” (p. 43).

Feminismo Negro e Análise do Comportamento

Ao longo dos anos, diversos autores têm citado a importância do estudo de temas socialmente relevantes por analistas do comportamento (e.g., Baer, Wolf, & Risley, 1968; Guerin, 1992; Holland, 1978; Holpert, 2004; Mattaini & Thyer, 1996; Moore, 2003; Skinner, 1953/2005; 1978). Dois desses temas se referem às relações étnico-raciais e às questões de gênero.

Embora, nos últimos anos, o número de trabalhos da análise do comportamento sobre negritude, branquitude e afins tenha aumentado, ele ainda é considerado pequeno, especialmente quando se analisam as possibilidades de uso dessa ciência para a diminuição de condutas que tenham como função segregar, negligenciar, violentar e/ou silenciar um indivíduo ou grupo de indivíduos por conta de suas características fenotípicas. Isso pode ser visto, por exemplo, na revisão feita por Mizael, Gomes e Silva (2019), na qual apenas 10 trabalhos foram encontrados nos periódicos de análise do comportamento sobre questões raciais. O mesmo pode ser dito sobre a articulação da análise do comportamento com as questões de gênero (e.g., Pinheiro & Mizael, 2019; 2023). Em um estudo de revisão feito por Couto e Dittrich (2017), por exemplo, somente oito trabalhos foram encontrados.

Esses dados mostram que, apesar de serem assuntos relevantes do ponto de vista científico e social, ainda há muitas lacunas a serem investigadas, como estudos que levem, no futuro, a aplicações objetivando a diminuição das disparidades raciais e de gênero e à diminuição de comportamentos vio-

lentos direcionados a essas populações. Dentre os muitos fenômenos a serem estudados, encontra-se a opressão.

Feminismo Negro e a Luta Contra a Opressão

A luta contra a opressão parece ser um ponto central no feminismo negro. Inclusive, o conceito de opressão não é apenas corrente na literatura feminista negra, sendo também frequentemente utilizado em outras vertentes do feminismo, para se referir a formas de opressão de gênero. Este termo tem sido empregado para caracterizar grande parte das experiências de vida das mulheres (opressão de gênero) e de pessoas negras (opressão racial), entre outros grupos (e.g., Brah, 2006; de Lauretis, 1987; Parker, 2000; Weeks, 2000). Embora seja um conceito muitas vezes utilizado sem a explícita menção de qual seria seu significado, grosso modo, o termo parece descrever algum tipo de sujeição, dificuldade ou impossibilidade de escolha por parte de um indivíduo ou grupo, causada por uma assimetria de poder entre estes dois ou mais indivíduos ou grupos.

Considerando, portanto: 1) a relevância desse conceito para a análise das condições de vida das mulheres negras e, possivelmente, para pensar em mudanças que levem a uma melhoria nas suas condições de vida; 2) a possibilidade de intercâmbios entre a literatura feminista negra e a análise do comportamento; e 3) a análise do comportamento como importante ferramenta para intervenções que busquem corrigir injustiças sociais (Carrara, 2015) de acordo com uma perspectiva ética (Melo et al., 2015), o objetivo deste ensaio é propor uma interpretação analítico-comportamental da opressão, utilizando como base a opressão que incide sobre as mulheres negras.

Devido à ausência de conceituações em diversos textos feministas negros e levando em consideração que o livro *Pensamento feminista negro* é uma referência internacionalmente reconhecida sobre o tema, optou-se por analisar o conceito de *opressão* apenas neste livro. Foram utilizadas as ferramentas conceituais do behaviorismo radical, que é a filosofia da Ciência do Comportamento (Skinner, 1974/1976) para descrever e operaciona-

lizar a opressão como descrita por Collins (2000). Em outras palavras, buscamos uma definição comportamentalista para a opressão.

Método

Foram selecionados, inicialmente, textos-chave sobre feminismo negro que englobassem a literatura brasileira, latino-americana e dos Estados Unidos (Carneiro, 2011; Collins, 2000; Crenshaw, 1991; Curiel, 2007; Davis, 1981/1983; Espinosa-Miñoso, 2014; González, 1984; hooks, 1984/2015; 1992/2019; Kilomba, 2010; Lorde, 1984; Ribeiro, 2019; Santos, 1983). Após a leitura de todos os textos, foi verificado que apenas duas referências apresentavam uma definição explícita do conceito de *opressão*: Collins (2000) e hooks (1984/2015). A partir da constatação de que o livro de Collins (2000) era mais voltado para a temática, contendo centenas de menções ao termo, decidiu-se por fazer a análise tendo como base apenas esse livro.

Uma busca utilizando o termo *oppress* com o “ctrl+f” no livro em pdf mostrou um total de 419 menções, sendo 211 *oppression*, 143 *oppressions*, 44 *oppressed*, 18 *oppressive*, e três *oppress*. A partir da leitura do livro na íntegra e do alto número de menções do termo, decidiu-se fazer a análise a partir de três capítulos. Estes foram escolhidos por serem os capítulos onde os fundamentos e características do pensamento feminista negro são apresentados (capítulos 1 “a política do pensamento feminista negro” e 2 “características distintivas do pensamento feminista negro”), e o terceiro, por ser um capítulo no qual a opressão das mulheres negras é um dos temas centrais (capítulo 3, intitulado “trabalho, família e a opressão da mulher negra”).

Estes três capítulos passaram por uma análise que consistiu em: 1) primeira leitura integral dos capítulos; 2) segunda leitura integral com seleção dos trechos nos quais o termo *oppress* (e suas variantes) apareceu; 3) transcrição dos trechos em fichamento, contendo o número de ocorrência do termo e um trecho grande o suficiente para que este pudesse ser compreendido e, por fim, uma 4) proposta de definição operacional do conceito, que consistiu em caracterizar a classe de respostas chamada de opressão, os contextos de ocorrência

da opressão, qual(is) grupo(s) realiza(m) a opressão, quais as consequências das respostas de opressão para o grupo de mulheres negras e para o(s) grupo(s) que realiza(m) a opressão e, por fim, como as mulheres negras respondem aos comportamentos de opressão. De forma simplificada, considerando as ferramentas conceituais do behaviorismo radical, buscou-se definir os antecedentes, as respostas de opressão e as diversas consequências, as quais servem como antecedentes para respostas das mulheres oprimidas, que também foram definidas de acordo com o texto de Collins (2000). Os três capítulos mencionados serviram, portanto, como base para o desenvolvimento deste trabalho.

Definição de Opressão

Conforme mencionado previamente, na maioria do material preliminarmente examinado, não havia definições explícitas do que seria “opressão”. Uma exceção é provida pela própria Collins (2000) que, em seu livro *Pensamento feminista negro*, define opressão como “qualquer situação injusta na qual, sistematicamente e por um longo período de tempo, um grupo nega a outro acesso aos recursos da sociedade” (p. 4).

Além de oferecer uma definição, a autora também especifica três dimensões da opressão, que seriam interdependentes: a) econômica: a exploração do trabalho das mulheres negras, essencial para o capitalismo, b) política: a negação, para as mulheres negras, de direitos e privilégios que são dados para homens brancos, e c) ideológica: a criação e manutenção de imagens de controle aplicadas às mulheres negras, as quais foram criadas no período da escravidão. Imagens de controle são uma série de estereótipos negativos aplicados às mulheres negras que funcionam como justificativas que ajudam a manter a existência dos sistemas de dominação racista e sexista (Bueno, 2020, p. 78)¹.

1 Foge ao escopo deste trabalho discutir cada uma das imagens de controle em detalhe. Para maiores informações sobre exemplos de imagens de controle, ver Collins, 2000, capítulo 4: *Mammies, Matriarchs, and Other Controlling Images*. Outra sugestão é o livro de Bueno (2020), *Imagens de Controle: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*.

Contextos de Ocorrência da Opressão

Em diferentes trechos, a autora diz que há diferentes tipos de opressão, como a opressão de gênero, raça, classe, sexualidade, nação, cidadania, idade, etnia e religião: “Maria Stewart desafiou as mulheres afro-americanas a rejeitarem as imagens negativas da feminilidade negra tão proeminentes em seu tempo, apontando que a opressão de raça, gênero e classe são as causas fundamentais da pobreza das mulheres negras” (Collins, 2000, p. 1); “Raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outros, constituem as principais formas de opressão nos Estados Unidos” (p. 4); “teorias sociais refletem os esforços das mulheres para se reconciliarem com as experiências vividas dentro das opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião (p. 9); “A raça está longe de ser o único marcador significativo da diferença entre grupos – classe, gênero, sexualidade, religião, status de cidadania, todos importam grandemente nos Estados Unidos” (p. 23). Todos esses marcadores funcionam como sinais de que a opressão tem alta probabilidade de ocorrer. Ou seja, em um contexto nos quais diferentes raças, gêneros, religiões, nacionalidades, sexualidades e/ou etnias são hierarquizados, pode ocorrer a opressão. Especificamente quando os marcadores de raça e gênero ocorrem simultaneamente, é que pode acontecer a opressão da mulher negra. Tais marcadores estabelecem os contextos em que ocorre a opressão.

Quem Realiza a Opressão

Apesar de não aparecer em diversos trechos, há claramente a menção de quem realiza a opressão da mulher negra: as pessoas brancas e as pessoas do gênero masculino. Ao trazer um trecho de outra autora, Collins (2000) parece concordar com sua posição:

Ao longo da história dos Estados Unidos, a interrelação entre a supremacia branca e a superioridade masculina tem caracterizado a realidade das mulheres negras como uma situação

de luta (*struggle*) – uma luta para sobreviver em dois mundos contraditórios simultaneamente, um branco, privilegiado e opressivo, e outro negro, explorado e oprimido (p. 26).

Quais os Comportamentos de Opressão

Os comportamentos de opressão parecem ter diversas topografias, as quais já indicam as consequências: “supressão das ideias das mulheres afro-americanas” (Collins 2000, p. 3), “negar a mulheres afro-americanas os direitos e privilégios rotineiramente estendidos aos cidadãos homens brancos” (p. 4), “imagens de controle aplicadas a mulheres negras” (p. 5), “formas de subjugação” (p. 22), “subordinação” (p. 13), “segregação racial” (p. 35), “serem tratadas como as ‘mulas do mundo’” (p. 45). Em outras palavras, os comportamentos de opressão acima citados indicam que as mulheres negras são maltratadas, não ouvidas, colocadas em espaços separados de pessoas brancas, estereotipadas, tratadas como animais não-humanos, desumanizadas, etc.

Quais as Consequências dos Comportamentos de Opressão Para o Grupo de Mulheres Negras e Para o Grupo que Realiza a Opressão

As consequências dos comportamentos de opressão são diferentes para as mulheres negras e para quem realiza a opressão, isto é, a população branca e masculina. Diversos trechos mostram essas consequências diferenciais, como, por exemplo: “Maria Stewart desafiou as mulheres afro-americanas a rejeitarem as imagens negativas da feminilidade negra tão proeminentes em seu tempo, apontando que a opressão de raça, gênero e classe eram as cau-

2 De acordo com o dicionário Cambridge, subjugar é “derrotar pessoas ou um país e governá-los de uma forma que não lhes permita liberdade”. De acordo com o mesmo dicionário, subordinar significa “colocar alguém ou algo em uma posição menos importante”; “tratar alguém ou algo como menos importante do que outra coisa”.

sas fundamentais da *pobreza* das mulheres negras” (p. 1); “Na ausência de um feminismo viável que investiga ... opressões interseccionais de raça, gênero e classe..., o ângulo de visão pode ser facilmente virado para dentro, levando à *opressão internalizada*” (pp. 11-12); “A *vulnerabilidade* das mulheres negras a ataques (*assault*) no trabalho, na rua, em casa e nas representações da mídia tem sido um fator que fomenta esse legado de luta” (p. 26) (itálicos adicionados para destacar as consequências). Outros trechos incluem:

Em um discurso de 1833, ela (Maria Stewart) proclamou: “Como o rei Salomão, que não colocou o prego nem o martelo no templo, mas recebeu o louvor; assim também os americanos brancos ganharam um nome. . . enquanto na realidade temos sido seus principais fundamento e suporte”. Stewart se opôs à injustiça desta situação: ... nós executamos o trabalho, eles receberam os lucros; nós plantamos as vinhas, eles comeram os frutos delas” (Richardson 1987, 59) (p. 1)(parênteses adicionados).

Juntos, a teia supostamente desatada de economia, política e ideologia funciona como um sistema altamente eficaz de controle social projetado para manter mulheres afro-americanas em um lugar designado, subordinado. Este sistema maior de opressão trabalha para suprimir as ideias das intelectuais negras e proteger interesses e visões de mundo de homens brancos da elite (p. 5).

Como as Mulheres Negras Respondem aos Comportamentos de Opressão

Falar de opressão pressupõe interação entre pessoas ou grupos. Assim, os comportamentos de opressão não esgotam o episódio interativo, de modo que as mulheres negras podem responder à opressão de diferentes formas. Os trechos selecionados permitem verificar algumas dessas formas de responder à opressão: “Como um grupo historicamente oprimido, mulheres negras dos Estados Unidos produziram *pensamento social desenhado para se opor à*

opressão” (sob a forma de poesia, música, ensaios e similares)(p. 9); o próprio *pensamento feminista negro*: “se opressões interseccionais não existissem, o pensamento feminista negro e outros conhecimentos similares de oposição seriam desnecessários” (p. 22); “*imagens autodefinidas*” (p. 27), e “*solidariedade racial*” (p. 35)(itálicos adicionados). Ou seja, parece que a maneira com a qual as mulheres negras respondem à opressão é a partir de comportamentos que poderiam ser conceituados como contracontrole. Comportamentos de contracontrole são aqueles nos quais uma resposta pode inibir ou reduzir a apresentação de estímulos aversivos (Sdiman, 1989), como, por exemplo, a autodefinição. A partir da mudança na fonte de controle, do controlador para o controlado, tais respostas podem resultar, também, na obtenção de reforçadores (Delprato, 2002; Skinner, 1953/2005 - e.g., pensamento social na forma de música, ensaios e outros), garantindo, por exemplo, acesso a reforçadores escassos para uma determinada população (e.g., solidariedade racial).

Uma Interpretação Analítico-Comportamental da Opressão

A Cultura

A partir de uma perspectiva analítico-comportamental, é importante lembrar que o comportamento do indivíduo é determinado por contingências nas quais as variáveis culturais exercem forte influência (Skinner, 1981). Entre as variáveis culturais está a opressão. Diversos trechos da obra selecionada apontam para a opressão como um fenômeno grupal. Isso pode ser visto também na própria definição de opressão oferecida por Collins (2000) e em sua definição de injustiça social: o que ocorre “quando afro-americanos, pessoas pobres, mulheres e outros grupos que são discriminados veem pouca esperança para o avanço em nível grupal (*group-based advancement*)” (p. 23).

Collins (2000) descreve o fenômeno cultural da opressão como aquele em que se nega a um determinado grupo de pessoas o acesso aos recursos da sociedade de forma sistemática, por um longo período de tempo.

Quando Collins (2000) afirma que quem faz

a opressão são as pessoas brancas (se referindo à opressão das mulheres negras), pode-se supor a existência de um diferencial de poder que permita que um grupo oprima outro(s). Aqui poder é definido como o grau de controle que cada grupo exerce sobre o comportamento do outro, de modo que possui mais poder quem se beneficia mais (Baum, 2017). Deste modo, outra característica da opressão é o poder diferencial que permite que os comportamentos de opressão sejam emitidos apenas por certo grupo, que detém as ferramentas de controle e podem, portanto, segundo Skinner, formar o que o autor chama de agência de controle, isto é, um indivíduo ou grupo de pessoas que se organizam de modo a deter mecanismos, instrumentos e estratégias de controle sobre outros indivíduos (Skinner 1953/2005). Neste sentido, a opressão pode ser considerada como uma prática cultural (de acordo com a proposta de Skinner, 1953/2005, ou seja, contingências entrelaçadas, nas quais a resposta ou consequência de uma resposta, por um indivíduo, serve como consequência para o comportamento de outro indivíduo, envolvendo a repetição de comportamentos similares por sucessivos indivíduos), que pode ter valor deletério para a sobrevivência da cultura e da humanidade como um todo.

Nesta linha, ainda de acordo com Skinner (1953/2005), em sua seção sobre agências de controle, os controladores correm o risco de esgotar os controlados. Então, para o bem deles próprios, a exploração não pode ser excessiva. As agências de controle (por exemplo: governo, educação, religião, economia e psicoterapia) são potencialmente opressoras por dominarem as ferramentas de controle e, com elas, poderem negar a um determinado grupo de pessoas o acesso aos recursos da sociedade de forma sistemática, por um longo período de tempo, estando de acordo com a definição de Collins (2000) da opressão. Provavelmente por essas razões, boa parte do regramento jurídico, das convenções internacionais e da legislação nacional buscam restringir práticas opressoras.

O Indivíduo

Da perspectiva do indivíduo, a opressão como prática cultural será, portanto, variável importante na determinação de seus comportamentos. Temos, portanto, os operantes da opressão em nível indi-

vidual. Vejamos como isso acontece. Em uma primeira tentativa de transpor a definição para uma contingência de três termos, poderíamos supor que o contexto antecedente do comportamento de oprimir seria a “situação” de diferenças entre características raciais e de gênero. Estes marcadores são estímulos antecedentes discriminativos para respostas de opressão. A resposta de opressão é, na verdade, uma grande classe de respostas que pode ter topografias diferentes, mas cujas consequências parecem beneficiar a população branca (proteger interesses e visões de mundo de homens brancos da elite; ganhar um ‘nome’; receber os lucros; comer os frutos) e prejudicar a população negra (e.g., suprimir as ideias das intelectuais negras, pobreza, vulnerabilidade, imagens depreciativas, abandonar a escola, ser explorado).

Quando os dois marcadores, de raça e de gênero, ocorrem simultaneamente, eles vão ocasionar, enquanto estímulos antecedentes discriminativos, um tipo de resposta de opressão pertencente a um grupo maior chamado de “opressões interseccionais”. Isso não significa, no entanto, que qualquer raça, gênero, classe, etc. servirá de contexto antecedente para a emissão dos comportamentos de opressão: um grupo, o opressor, emitirá tais comportamentos sob controle de raças, gêneros, classes, etc. distintas da sua (vide definição principal de Collins, que assume que “um grupo nega a outro”). Tais contextos, no entanto, são contextos antecedentes mais imediatos, uma vez que Collins (2000) traz também possíveis contextos antecedentes históricos, como a supremacia branca e a superioridade masculina, que são, como dissemos, variáveis culturais que determinam comportamentos individuais. Como afirmou Skinner (1981), são contingências especiais mantidas por um ambiente social evoluído.

Com relação a quem realiza a opressão, conclui-se que são as pessoas brancas (opressão racial) e pessoas do gênero masculino (opressão de gênero). Os comportamentos de opressão presentes no livro parecem constituir exemplos de como a opressão se manifesta, mais do que uma lista com todos os comportamentos possíveis. Essa suposição se baseia, inclusive, em trechos do próprio livro que ilustram que esses comportamentos são diversos: “raça, classe e gênero ainda constituem opressões

interseccionais, mas as formas as quais elas estão organizadas para produzir injustiças sociais difere de tempos passados” (Collins, 2000, p. 15) e “o que permanece como um desafio para as pensadoras negras feministas... é analisar como essas novas estruturas de opressão afetam as mulheres negras diferencialmente” (p. 67).

As consequências das respostas de opressão parecem ser positivas para quem oprime (em geral, homens brancos), como mencionado previamente: proteger interesses e visões de mundo de homens brancos da elite; ganhar um “nome”; receber os lucros; comer os frutos. É possível que as consequências reforçadoras positivas acessadas pelo grupo oprimido ocorram com frequência semelhante àquelas acessadas pelo opressor; todavia, para esses últimos, os reforçadores são mais frequentemente relacionados a status social (e.g., capital social, cultural e econômico – Bourdieu, 1986). Parece haver também a obtenção de consequências reforçadoras negativas, isto é, os comportamentos de opressão possuem como função evitar que pessoas pertencentes a outros grupos acessem esses reforçadores positivos, mantendo os seus privilégios. Para quem é oprimido, as consequências parecem ser negativas: suprimir as ideias das intelectuais negras, pobreza, vulnerabilidade, imagens depreciativas³, abandonar a escola, ser explorado⁴.

As consequências das respostas opressivas são, por sua vez, antecedentes para novas respostas, como as de contracontrole mencionadas previamente. Como exemplifica Collins (2000): a autodefinição envolve não apenas refutar as imagens de controle e criar sua própria imagem, mas também “questionar não só o que tem sido dito sobre as mulheres afro-americanas, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que têm o poder de definir” (p. 114). Por fim, Collins (2000) destaca que: “quando nós, mulheres negras, nos definimos, claramente rejeitamos o pressuposto de que aqueles em posição que lhes garante autoridade para interpretar nossa realidade têm legitimidade para tanto” (p. 114).

3 O termo imagens “depreciativas” aqui parece se referir às imagens de controle previamente mencionadas.

4 De acordo com o dicionário Cambridge, exploração se refere ao “o ato de usar alguém injustamente para seu próprio benefício”.

Opressão e Racismo

A análise da “opressão” e de seus possíveis contextos antecedentes, topografias de resposta e consequências se assemelha a alguns -ismos, como o racismo e o machismo. Por exemplo, a definição de Almeida (2019) para o racismo é a seguinte:

... o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (p. 32).

Qual seria, então, a diferença entre opressão e racismo? Ambos os termos parecem compartilhar (ao menos parcialmente) os antecedentes (percepção de raça, gênero, etnia, classe etc. na opressão, e percepção da raça do indivíduo no racismo), as topografias de resposta diversas (e.g., tratar diferencialmente) e as consequências (benéficas para o grupo com mais poder e prejudiciais para o grupo com menos poder). Além disso, ambos são fenômenos analisados a nível grupal, possuem como agente opressor ou racista indivíduos que fazem parte de grupos com poder (e.g., brancos) e necessitam da disparidade de poder para que tais comportamentos possam ocorrer. Assim, hipotetiza-se aqui que o racismo pode ser visto como um tipo de opressão.

Propondo Uma Definição Funcional de Opressão

A partir da análise da definição de opressão oferecida por Collins (2000) e do que parecem ser seus contextos antecedentes, respostas e consequências, pode-se verificar, em primeiro lugar, que a situação injusta à qual a autora se refere é injusta precisamente porque um grupo nega a outro o acesso aos recursos da sociedade.

Em segundo lugar, os comportamentos de opressão que ocorrem após a percepção dos marcadores sociais (contexto antecedente imediato) só são possíveis porque existe uma disparidade de poder entre diferentes grupos. Isto é, o desequilíbrio

de poder parece atuar como estímulo condicional, enquanto os marcadores sociais como estímulos discriminativos.

Portanto, a partir de um ponto de vista analítico-comportamental, opressão seria qualquer tipo de responder diferencial que tem como contexto antecedente histórico (Sc) a disparidade de poder entre grupos e como contexto antecedente imediato (Sd) a percepção de marcadores sociais (e.g., raça, classe, gênero) que tem como consequências a produção de benefícios para quem oprime, e de prejuízos para quem é oprimido. A Tabela 1 ilustra a análise funcional em questão:

Tal definição incluiria os aspectos existentes na definição de Collins (2000), a saber: a situação injusta (tratamento diferencial), o longo período de tempo no qual tal situação injusta dura, e a topografia de resposta (e.g., negar a outro grupo acesso aos recursos da sociedade), assim como os aspectos encontrados na investigação do presente trabalho, ou seja, quais os contextos nos quais a opressão ocorre, quais os comportamentos de opressão e quais as consequências para o grupo opressor e para o grupo oprimido. Tal definição também possibilitaria a existência de termos como opressão racista, opressão de gênero, opressão capacitista, opressão classista e opressão heterossexista.

Tabela 1. Análise funcional da opressão.

Antecedente	Resposta	Consequência
Sc: Disparidade de poder entre grupos	Responder diferencial	Benefícios para grupo opressor
Sd: Percepção de marcadores sociais (e.g., raça, classe, gênero)		Prejuízos para grupo oprimido

Quando observamos diversos indicadores sociais referentes às mulheres negras, é possível verificar que os aspectos dessa análise funcional se encontram presentes. Por exemplo, o documento “Mulheres negras e violência doméstica: Decodificando os números” (Carneiro, 2017) é um dossiê com estatísticas sobre diversos elementos das condições de vida das mulheres negras brasileiras. De acordo com este relatório, existem mais de 53 milhões de mulheres negras no Brasil. Mais da metade das famílias brasileiras são chefiadas por estas mulheres, as quais recebem, em média, metade do salário das mulheres brancas. As mulheres negras são as principais vítimas do tráfico de mulheres e de outras violências, como assassinatos. Nos últimos anos, a taxa de homicídios de mulheres negras aumentou, enquanto a de mulheres brancas diminuiu (IPEA, 2019).

Além disso, as mulheres negras são o grupo mais preterido para relacionamentos afetivo-sexuais no Brasil, sendo também o maior grupo de vítimas de violência contra a mulher (IPEA, 2019). Portanto, em diversos indicadores sociais, as mulheres negras se encontram na base, sendo o grupo mais atingido pelas disparidades causadas pela hierarquia de

gênero e racial em nossa sociedade. Sendo o grupo mais pobre, maioria nos serviços domésticos e outros socialmente desvalorizados e mal pagos (e.g., Wentzel, 2018), pode-se dizer que as mulheres negras se encontram, mais facilmente, em situações de maior privação (de alimento, de moradia, de saúde, de afeto, etc.) que os demais grupos populacionais.

Uma vez que a privação atua como operação estabelecadora, modificando o valor reforçador de certas consequências, pode-se sugerir que, em termos de empregabilidade, possibilidades no mercado matrimonial e outros, essas mulheres estão mais propícias a serem vítimas de exploração⁵ (doméstica, do trabalho, sexual, etc.), sendo, também, de acordo com nossa análise, vítimas da opressão racial e de gênero.

5 Baum (2017) diz que a exploração se caracteriza por uma situação na qual há reforçamento positivo à curto prazo, mas “enganação” (*cheating*) à longo prazo, isto é, inequidade entre o reforçamento obtido pelo controlador e pelo controlado em curto prazo e punição à longo prazo para o controlado que supera o reforçamento obtido por ele à curto prazo.

- Curiel, O. (2007). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, 26, 92-101. <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf>
- Davis, A. Y. (1983). *Women, race & class*. Vintage Books Edition. (Trabalho original publicado em 1981).
- Delprato, D. J. (2002). Countercontrol in behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 25(2), 191-200. <https://doi.org/10.1007/BF03392057>
- de Lauretis, T. (1987). Technology of gender. In *Technologies of gender: Essays on theory, film and fiction* (pp. 1-30). Macmillan Press.
- Espinosa-Miñoso, Y. (2014). Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, 184, 7-12. <https://www.redalyc.org/pdf/325/32530724004.pdf>
- Garcia, C. C. (2011). *Breve história do feminismo*. Claridade.
- González, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2, 223-244. <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2298>
- Guerin, B. (1992). Behavior analysis and the social construction of knowledge. *American Psychologist*, 47(11), 1423-1432. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.11.1423>
- Harrison, F. V. (2008). *Outsider within: Reworking anthropology in the global age*. University of Illinois Press.
- Holland, J. (1978). Behaviorism, part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11, 163-174. <http://dx.doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>
- Holpert, E. C. (2004). Questões sociais na análise do comportamento: Artigos do *Behavior and Social Issues* (1991-2000). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 11(1), 1-16. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v6n1/v6n1a02.pdf>
- hooks, b. (2015). *Feminist theory: From margin to center*. Routledge. (Trabalho original publicado em 1984).
- hooks, b. (2019). *Black looks: Race and representation*. Routledge. (Trabalho original publicado em 1992).
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2019). *Atlas da violência 2019*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Kilomba, G. (2010). *Plantation Memories: Episodes of everyday racism*. 2nd. Edition. Unrast.
- Lorde, A. (1984). Age, race, class and sex: Women redefining difference. In *Sister outsider: Essays and speeches* (pp. 114-123). Crossing Press.
- Mattaini, M. A., & Thyer, B. A. (1996). *Finding solutions to social problems: Behavioral strategies for change*. American Psychological Association.
- Melo, C. M., Castro, M. S. L. B. & De Rose, J. C. C. (2015). Some relations between culture, ethics and technology in B. F. Skinner. *Behavior and Social Issues*, 24, 39-55. <http://dx.doi.org/10.5210/bsi.v.22i0.4207>
- Mizael, T. M., Gomes, A. R., & Silva, G. J. T. (2019). Negritude e análise do comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo (pp. 120-135). In: Bolsoni-Silva et al., *Comportamento em Foco 9: Análises teóricas, educação e questões sociais*. Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental.
- Moore, J. (2003). Behavior analysis, mentalism, and the path to social justice. *The Behavior Analyst*, 26(2), 181-193. <http://dx.doi.org/10.1007/bf03392075>
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Ed. Devires.
- Parker, R. (2000). Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 125-150). Autêntica.
- Pinheiro, R. & Mizael, T. M. (2019). *Debates sobre feminismo e análise do comportamento*. Imagine Publicações.
- Pinheiro, R. & Mizael, T. M. (2023). *Debates sobre feminismo e análise do comportamento*. Volume 2. Instituto Par.
- Ribeiro, D. (2019). *O que é lugar de fala*. Pólen.
- Santos, N. S. (1983). *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Graal.
- Sidman, M. (1989). *Coercion and its fallout*. Authors Cooperative.
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. Vintage Books. (Trabalho original publicado em 1974).

- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences, *Science*, 213, 501-504. <https://doi.org/10.1126/science.7244649>
- Skinner, B. F. (2005). *Science and human behavior* (Internet Edition). The B. F. Skinner Foundation. (Trabalho originalmente publicado em 1953).
- Weeks, J. (2000). O corpo e a sexualidade. In. G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 35-82). Autêntica.
- Wentzel, M. (2018). *O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo*. BBC Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>

Histórico do Artigo

Submetido em: 15/05/2023

Aceito em: 08/02/2024